

Que reino é esse? **Eugênio Vinici** **de Moraes**

Resumo Com este artigo quer se mostrar de que forma Machado de Assis “traduz” para seu sistema literário as fontes estrangeiras, em particular no conto “As academias de Sião”. No caso a fonte é *O príncipe*, de Maquiavel, que, embora não aludido diretamente, serve de referência nuclear para essa história, a qual, em última instância, pode ser vista como uma fábula a respeito da natureza do poder. **Palavras-chave** Fontes italianas; Maquiavel; poder; Machado de Assis.

Abstract In this paper, we intend to demonstrate how Machado de Assis “translates” foreign sources into his literary system, particularly in the tale “As academias de Sião” In that case, the source is *The Prince*, by Machiavelli, which — although not directly referred to — functions as an essential reference for this tale, which can be ultimately considered as a fable on the nature of power. **Keywords** Italian sources; power; Machiavelli; Machado de Assis.

Das fontes italianas em Machado de Assis Ainda são muito acanhadas as pesquisas sobre as fontes italianas na obra de Machado de Assis, sem contar a tímida repercussão dos trabalhos publicados a esse respeito. Há, entre estes, desde o ensaio de Otto Maria Carpeaux, “Uma fonte da filosofia de Machado de Assis” (1948),¹ passando pelos estudos de Edoardo Bizarri — mais conhecido por sua tradução para o italiano das obras de Guimarães Rosa —, *Machado de Assis e a Itália* (1961) e “Machado de Assis e Dante” (1965), e Jean-Michel Massa, *La présence de Dante dans l’oeuvre de Machado de Assis* (1965), até chegar a análises parciais de alguns autores italianos como Leopardi e Maquiavel, encontradas em ensaios de Bosi e Alcides Villaça,² por exemplo. Todos eles, sem contar os não mencionados aqui, apontam para importantes perspectivas de análise da obra machadiana, de modo que vale a aposta em aprofundá-las.

Decerto, o forte influxo da literatura francesa no século XIX contribui para isso, como conjectura Jean-Michel Massa: “A irradiação da literatura francesa, mais

¹ Posteriormente foi incluído na coletânea *Reflexo e realidade* (Rio de Janeiro: Fontana, 1976).

² Os artigos de Bizarri foram publicados pelo Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro. O ensaio de Alfredo Bosi é a “A máscara e a fenda”, escrito em 1982; e o de Alcides Villaça, “Machado, tradutor de si mesmo”, em 1998.

estrepitosa, mais constante também, poderia ter mascarado em parte a influência italiana. A floresta não deve fazer com que esqueçamos as árvores”.³ No que se refere aos estudos dos empréstimos literários em geral, com exceção dos franceses,⁴ há poucas pesquisas sistemáticas ou continuadas. Só para dar dois exemplos de lacunas importantes nessa área, faltam estudos mais abrangentes sobre a presença de Shakespeare e Goethe na obra machadiana. Em que pesem os estudos de Eugênio Gomes e Helen Caldwell, a análise da presença do escritor inglês na obra de Machado ainda é bem reduzida em relação à sua importância. Goethe é um caso mais dramático, quase não há estudos sobre o assunto.⁵

Por outro lado há alguns ramos que pouco a pouco se estendem e se firmam, como é o caso dos estudos do gênero cômico-fantástico cujo arranco partiu do ensaio de José Guilherme Merquior de 1971.⁶ Já é possível ver neles diferentes pontos de vista no trato com a fonte estrangeira, cuja inclinação vai depender da maior ou menor relevância que o pesquisador der à fonte ou ao original, ou conforme sua visada for mais universalista ou localista. Este é um dos pontos centrais dos estudos dos empréstimos literários: que perspectiva adotar diante da ficção machadiana? Há alguns desafios que pedem para serem superados ou ao menos delimitados, como o dilema entre os estatutos local e universal de nossa literatura, que ocupou grande parte da crítica literária dos séculos XIX e XX. A princípio, pode parecer que tal discussão seja acessória, mas basta ver, tanto de forma retrospectiva como atual, que em todo estudo desse gênero há uma escolha feita, seja declarada ou não. Peguem-se os estudos sobre o gênero cômico-fantástico

3 “L’irradiation de la littérature française, plus éclatante, plus constante aussi, a peut-être masqué en partie cette influence italienne. La forêt ne doit pas nous faire oublier les arbres” (Conferência apresentada no VII Congresso Nacional da Sociedade Francesa de Literatura Comparada, em 27 de maio de 1965), in: BOTREL, J. F. *Études luso-brésiliennes*. Paris: PUF, 1966, p. 1.

4 Vejam-se as pesquisas minuciosas de Gilberto Pinheiro Passos, o qual examina os empréstimos franceses nos romances de Machado. Seu estudo mais recente é *Capitu e a mulher fatal*. Análise da presença francesa em *Dom Casmurro* (São Paulo: Nankin, 2003).

5 Tenho notícia apenas do livro de A. Fonseca Pimentel, *A presença alemã na obra de Machado de Assis* (Rio de Janeiro: Livraria São José, 1974).

6 “Gênero e estilo das *Memórias póstumas de Brás Cubas*”. In: *Crítica — 1964-1989*. Ensaio sobre arte e literatura. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. Foi escrito em Bonn, em 1971, e publicado na revista *Colóquio* (Lisboa), n. 8, jul. de 1972.

mencionados acima. Alguns estudos se mostram mais universalistas, como os de Enylton Sá Rego e Ivan Teixeira, que investem nas semelhanças de estilos e temas entre Machado e Luciano de Samósata.⁷ Outros enxergam diferenças, em geral produzidas pelo “lastro de realismo”,⁸ de cunho local, que eventualmente a obra machadiana importaria ao repertório estrangeiro. Valentim Facioli, por exemplo, em seu *Defunto estrambótico*, trata da herança luciânica dentre o conjunto dos outros empréstimos que Machado trabalhava “sem imitar ninguém e buscando sempre construir e preservar a independência intelectual e artística”.⁹

Do meu lado, inclino-me também para essa segunda perspectiva, que põe o acento na letra local. Para os fins deste artigo, esse local será mais uma tentativa de analisar de que forma Machado absorve ou transpõe ou deforma o repertório literário universal, no caso a presença do *Príncipe* de Maquiavel,¹⁰ em sua obra, com base na análise do conto “As academias de Sião”. Para ser mais preciso, de que maneira essas fontes são *traduzidas* pelo sistema literário machadiano, como elas se adaptam ou se arranjam em seu texto. Ou seja, pretende-se abordar o empréstimo não como mera atualização da fonte, mas como apropriação pela obra de chegada, cujo processo é devedor de razões localistas.

Essa idéia de *tradução* é apropriada — sem deturpá-la, espera-se — da formulação desenvolvida por Alcides Villaça em um artigo publicado em 1998, “Machado, tradutor de si mesmo”, em que o crítico descreve o narrador-tradutor machadiano “como um operador do desproporcional”¹¹ que vai transformando em equivalências o que na origem eram desproporções, o que daria margem a uma estabilidade ao narrador, o qual se fixaria nessa operação, fundando valores, salvo engano,

7 REGO, E. S. *O calundu e a panacéia: Machado de Assis, a sátira menipéia e a tradição luciânica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; TEIXEIRA, I. Introdução. In: MACHADO DE ASSIS, Joaquim M. *Papéis avulsos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

8 VILLAÇA, A. “Machado, tradutor de si mesmo”. *Novos Estudos CEBRAP* (São Paulo), n. 51, p. 4, jul. de 1998.

9 *Um defunto estrambótico*. Análise e interpretação das *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Nankin, 2002, p. 63.

10 Machado de Assis possuía um exemplar em francês do *Príncipe* e de fragmentos de outras obras de Maquiavel: *Essai sur les oeuvres et la doctrine de Machiavel, avec la traduction littérale du Prince et de quelques fragments historiques et littéraires par Paul Deltuf* (Paris: c. Reinwald, 1867). Não foi possível até agora ter acesso a essa obra, que se encontra na ABL (ver JOBIM, José Luis (Org.). *A biblioteca de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001, p. 44).

11 VILLAÇA, A. Op. cit., p. 9.

a torto e a direito, sem compromisso a não ser consigo mesmo. A formulação é mais complexa que isso, mas para o horizonte deste artigo basta, creio, o levantamento e a identificação do que é maquiaveliano nos contos analisados — quer dizer, aquilo que não foi *a princípio* traduzido — e o que é mais machadiano e menos principesco — ou seja, o que foi traduzido.

O reino de Sião N’“As academias de Sião”, o texto do escritor florentino parece servir para criar um contraponto a algum modelo de governo que o narrador insinua parodiar ou pretende mesmo caracterizar. Mas como a alusão ao livro de Maquiavel não é direta, esse contraponto exige uma análise minuciosa do conto, ainda mais que se trata quase de uma fábula, uma história sem data, imemorial e fantástica. Sabe-se também que essa forma pode servir tanto para “produzir um efeito de estranheza no leitor ao expor situações correntes no contexto a que pertencem [...] o escritor e os seus leitores”,¹² como aponta Alfredo Bosi, quanto para dissimular uma alusão direta a esse contexto, em razão do teor de sua crítica ou paródia.

O conto encerra as *Histórias sem data* (1884) e estaria entre aqueles que Machado diz, na “Advertência” à coletânea, justificarem literalmente o título: “De todos os contos que aqui se acham há dois que efetivamente não levam data expressa; os outros a têm, de maneira que este título *Histórias sem data* parecerá a alguns inteligível, ou vago”. Em tempo indefinido, em lugar remoto, o estatuto de veracidade da história logo é posto em xeque: “Conhecem as academias de Sião? Bem sei que em Sião nunca houve academias: mas suponhamos que sim, e que eram quatro, e escutem-me”¹³ Desse modo, o leitor já embarca na mais pura ficção. Mas não ficção qualquer. Fábula em que o aspecto híbrido parece prevalecer, talvez até como seu elemento constitutivo. Note-se que a junção se faz entre um país do Oriente e uma instituição intelectual típica do Ocidente. E tal formação (ou deformação) seguirá livre curso no conto, e seus ecos, como veremos, não serão poucos.

No princípio, as tais academias eram quatro. Logo ao fim da primeira parte, resta apenas uma, por causa de uma controvérsia sobre a sexualidade das almas que degenera em pancada, sangue e esquartejamento — controvérsia que surgira graças

¹² BOSI, A. “A máscara e a fenda”. In: *O enigma do olhar*. São Paulo: Ática, 1999, p. 94.

¹³ MACHADO DE ASSIS, Joaquim M. *Histórias sem data*. Rio de Janeiro: Garnier, 1989, p. 13.

aos modos do rei Kalaphangko, que “era virtualmente uma dama”. A academia que defendia a existência de almas masculinas e femininas armara um plano para derrotar as outras três, as quais propugnavam a alma neutra. Tramóia que consistia pura e simplesmente em aniquilar os adversários: “A rivalidade desgrenhou-se, pôs as mãos na cintura, baixou à lama, à pedrada, ao murro, ao gesto vil, até que a academia sexual, exasperada, resolveu dar cabo das outras, e organizou um plano sinistro...”. Logrado o plano, o que se viu causou horror em todo reino, menos na bela — e máscula — concubina, a predileta do rei: “Uma só pessoa aprovou tudo: foi a bela Kinnara, a flor das concubinas régias”

E assim termina a primeira parte. E uma vez vencedora a tese da alma sexual, a astuciosa concubina propõe ao rei torná-la oficial, o que é feito, e o resultado imediato é a restauração da paz pública. Assim termina a segunda parte. Na próxima seção, Kinnara vai mais além e consegue convencer Kalaphangko a trocar de alma com ela. Ele anui mais uma vez, e esse pequeno capítulo termina com auspicioso anúncio: “Sião tinha, finalmente, um rei”. Na quarta e última parte descrevem-se as ações do “novo” rei, ponto em que se concentram as lições, salvo engano, do *Príncipe*.

O rei efeminado: Kalaphangko No início da narrativa encontramos, na caracterização do rei, o primeiro substrato maquiaveliano: “Tudo nele respirava a mais esquisita feminidade: tinha os olhos doces, a voz argentina, atitudes moles e obedientes e um cordial horror às armas”. Mais adiante, no início da segunda seção, em contraste com o final da primeira, o narrador o descreve “molemente deitado aos pés da concubina”, posição na qual — note-se também esse “aos pés da concubina” — inicia um diálogo com ela, em que se mostra *irresoluto e neutro ao ser instado a se decidir a respeito da “querela” sobre as almas*:

- Outro absurdo, Kinnara. Não, não creio na alma neutra, nem na alma sexual.
- Mas então em que é que Vossa Majestade crê, se não crê em nenhuma delas?

E para ficarmos nesse curioso reino da crença, mais adiante, no episódio em que Kinnara vai persuadi-lo a trocar de alma com ela, ele diz, gaiato: “— Não creio no meu próprio decreto [...]”. E pouco antes, argüido sobre como iam os pagamentos de impostos no reino, diz à concubina:

— Ohimé! exclamou ele, repetindo essa palavra que lhe ficara de um missionário italiano. Poucos impostos têm sido pagos. Eu não quisera mandar cortar a cabeça aos contribuintes... Não, isso nunca... Sangue? sangue? não, não quero sangue...

Essa passagem remete a uma anterior, em que se acrescenta mais uma de suas qualidades, ligadas agora a seu espírito folgazão: “Os guerreiros siameses gemiam, mas a nação vivia alegre, tudo eram danças, comédias e cantigas, *à maneira do rei* que não cuidava de outra coisa”. Note-se a ambigüidade da descrição: seu horror ao sangue não impede que o sangue de fato “tinja as vielas e águas de Bangkok”; tampouco sua inclinação pela festa e sua ojeriza à guerra evitam o sofrimento de seus soldados. E esse aspecto nos faz ir finalmente ao *Príncipe*.

Maquiavel é claro quanto ao mau uso da piedade, sobre os estragos que ela pode causar à coletividade:

Dando os pouquíssimos exemplos necessários, será mais piedoso do que aqueles que, *por excessiva piedade, deixam evoluir as desordens, das quais resultam assassinios e rapinas*; porque estes costumam prejudicar uma coletividade inteira, enquanto as execuções ordenadas pelo príncipe ofendem apenas um particular.¹⁴

Este trecho do *Príncipe* serve como uma luva ao rei de Machado. E um rei que arruína o reino pode arruinar-se a si mesmo: “Os príncipes irresolutos que, para fugir dos perigos imediatos, seguem o mais das vezes a *via da neutralidade*, quase sempre se arruínam” (p. 107). Contudo, Kalaphangko tem a seu favor o fato de ser um rei natural — poder legado via laços hereditários —, condição que segundo Maquiavel facilita a vida do príncipe, que basta não se tornar odioso aos seus súditos para não deixar de ser reverenciado. Por essa razão Maquiavel se detém muito pouco nesse caso e dedica quase todo seu livro aos principados novos, nos quais os mandatários têm de se haver com a própria astúcia e engenho (*virtù* na língua do florentino) para bem governarem. Assim, à luz do *Príncipe*, passamos a ver nas “Academias” uma descrição desses modos de principado através das hesitações do rei efeminado e das *virtudes* —

¹⁴ MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Trad. M. J. Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 79 (grifos meus). Daqui em diante as citações serão acompanhadas do número da página no corpo do texto e os grifos, meus.

entendidas como capacidade de reverter a Fortuna a favor de si, muito distante de uma virtude moral cristã e medieval — da concubina máscula.

Para Maquiavel um príncipe efeminado acaba por mal governar; até Alexandre, o Grande, não escapa a essa objeção: “Alexandre: ele foi de tamanha bondade [...], sendo tido como *efeminado* e homem *que se deixava dominar pela mãe*, caiu por isso em desprezo; seu exército conspirou contra ele e o massacrou” (p. 93). No conto em questão, o mandatário se deixa levar pela concubina, mas, ao contrário do que sucedeu com o imperador, tal vassalagem levou a um período de boa governança em Sião — mas só porque ele deixa de governar. Bom governo, diga-se, no sentido maquiaveliano, como veremos mais adiante. E lê-se mais no *Príncipe*: “Torna-o [o príncipe] desprezível ser tido como *inconstante, leviano, efeminado, pusilânime e irresoluto*, coisas que um príncipe deve evitar como os escolhos, devendo empenhar-se para que, em suas ações, se reconheça grandeza, ânimo, ponderação e energia” (p. 87). Tais características talvez para um príncipe natural não sejam fatais, mas para um príncipe novo, segundo Maquiavel, são desastrosas.

O rei másculo: Kinnara Com efeito, temos na caracterização do rei siamês traços seguramente inspirados no *Príncipe*, que ficarão ainda mais evidentes ao serem contrastados com os da concubina. Esta parece incorporar a *virtù* como a elaborou Maquiavel, a começar por sua condição de “príncipe novo”, quer dizer, de alguém que chega ao poder não por via da hereditariedade. E esse parece ser o caminho mais digno de apreço para o florentino: “E, como a passagem de simples cidadão a príncipe supõe *virtù* ou fortuna, parece que uma ou outra dessas duas coisas ameniza, em parte, muitas das dificuldades. Contudo, *aquele que depende menos da fortuna consegue melhores resultados*” (p. 23-4). No caso da concubina, ecoa o hibridismo de que falamos, pois ela é ao mesmo tempo “simples cidadão” (na alma, sede de sua *virtù*) e príncipe natural (corpo de Kalaphangko). Mas fiquemos por enquanto em suas características decalcadas do *Príncipe*.

Um primeiro aspecto de Kinnara, já mencionado aqui, é o de sua impassibilidade em face da crueldade das ações dos acadêmicos. É assim que ela nos é apresentada pelo narrador. A página em que se descrevem esses atos é bastante crua e direta, lembrando outros contos como “O conto alexandrino”, de 1883, e “A causa secreta”, de 1885:

Nem preâmbulo, nem piedade. Caíram-lhes em cima, espumando de raiva. Os que puderam fugir, não fugiram por muitas horas; perseguidos e atacados, morreram na beira do rio, a bordo das lanchas, ou nas vielas escusas. Ao todo, trinta e oito cadáveres. Cortaram uma orelha aos principais, e fizeram delas colares e braceletes para o presidente vencedor, o sublime U-Tong.

Dessa acolhida fria da crueldade chegamos às suas ações, na quarta seção, depois de sua alma ter penetrado no corpo de Kalaphangko e tomado as rédeas do reino. Suas primeiras medidas foram voltadas para agradar aos amigos, os acadêmicos, dando-lhes honrarias, presentes e o título, a pedido deles, de “Claridade do Mundo”. E também favoreceu os bonzos — que tiveram papel importante em sua tomada do poder —, construindo-lhes pagodes e queimando cristãos. Também tratou de decapitar onze sonegadores de impostos, razão pela qual “tudo se regularizou”. Além disso, pretextou uma guerra, a qual foi a “campanha mais breve e gloriosa do século”, comemorada por isso com “festas esplêndidas”. Esses atos coroam o rei de êxito, que volta da guerra com um novo e decisivo plano, o de matar a concubina, em cujo corpo se acomodava contente a alma de Kalaphangko. O fato é que a troca das almas feitas por ambos tinha um prazo, e, como estava expirando, o rei “meditava uma tragédia” e “cuidava em iludir a cláusula, matando a linda siamesa”. Em resumo, Kinnara, seja em que corpo atue, soma algumas qualidades maquiavelianas, as quais poderão ser vistas com mais clareza indo ao *Príncipe*. Vimos já que Maquiavel não descarta a crueldade como mecanismo político (o que não quer dizer que descarte a piedade, tudo vai da situação), mas mesmo essa deve ser usada tendo em vista sua utilidade para os súditos:

[existem] crueldades mal usadas e bem usadas. Bem usadas se podem chamar aquelas (se do mal é lícito dizer bem) que se fazem de uma só vez por necessidade de segurança, e depois não se insiste nelas, mas se convertem na maior utilidade possível dos súditos. Mal usadas são aquelas que, embora sejam poucas no princípio, antes crescem do que se extinguem com o tempo. [p. 41]

Kinnara não só aprovou as barbaridades perpetradas pelos acadêmicos como também as praticou quando à frente do reino, mas dessa vez voltadas para o bem

dos súditos, além de ladeadas de outras ações que, em seu conjunto, trouxeram “grandes melhoras” ao reino. Neste trecho do *Príncipe*, é possível vê-las em bloco:

Quem, portanto, num principado novo, julgar necessário garantir-se contra os inimigos, conquistar amigos, vencer pela força ou pela fraude, *fazer-se amado e temido pelo povo*, ser obedecido e reverenciado pelos soldados, *eliminar aqueles que podem ou devem prejudicá-los, introduzir mudanças na antiga ordem*, ser severo e grato, *magnânimo e liberal*, eliminar as milícias infiéis, criar outras novas, manter as amizades do rei e dos príncipes de modo que o beneficiem com solicitude e temam ofendê-lo, não pode encontrar melhor exemplo que as ações deste duque.

Nessa descrição das ações de Cesare Borgia vê-se o modelo para as do “novo” rei de Sião. Logo se faz *temer* ao decapitar os sonegadores remissos, quando a “nação começou de sentir o peso grosso, para falar como o excelso Camões”; e amado, após ir à guerra e voltar coberto de glória e também indiretamente ao melhorar a justiça e a legislação. Os cristãos, como vimos, fazem parte daqueles que devem ser *eliminados*, afinal os bonzos são os sacerdotes de Sião. Sem contar os presentes, além das honrarias, que distribuiu aos acadêmicos: “[...] crocodilos empalhados, cadeiras de marfim, aparelhos de esmeralda para almoço, diamantes, relíquias”. Note-se, nada ligado à ciência. **E**, por fim, Machado fez vir à tona a questão da fraude, que é clara no texto de Maquiavel: “Entretanto, por experiência, vê-se, em nossos tempos, que fizeram grandes coisas os príncipes que tiveram *em pouca conta a palavra dada* e souberam, com astúcia, enredar a mente dos homens, superando, enfim, *aqueles que se pautaram pela lealdade*” (p. 83). E ainda, um pouco mais adiante:

Assim, um príncipe prudente não pode, nem deve, guardar a palavra dada, quando isso se torna prejudicial ou quando deixem de existir razões que o haviam levado a prometer. Se os homens fossem todos bons, este preceito não seria bom, mas, como são maus e não mantêm sua palavra para contigo, não tens também que cumprir a tua. [p. 84]

Não podemos esquecer ainda o papel benéfico dos inimigos interpostos pela fortuna que dá ao rei a “oportunidade de superá-los e possa, por meio da escada colocada por seus inimigos, subir mais alto” e desse modo granjear fama e respeito de

seus súditos: “Acima de tudo, deve um príncipe procurar dar de si, em cada uma das suas ações, uma imagem de grandiosidade e de excelente engenho”, o que o rei de Sião faz, como vimos, através da guerra.

Antes de irmos adiante, porém, é preciso ver mais de perto de que forma os acadêmicos são descritos no conto e que relação estabelecem com o rei de Sião, tanto com o efeminado quanto com o másculo.

Os acadêmicos: Claridade do mundo, palhas e pulhas No episódio capital em que o rei pensa em matar a concubina, pela primeira vez ele hesita, pois tem dúvida se essa ação pode não só matar Kinnara mas a ele também, pois o corpo é seu, uma vez que suas almas estão trocadas. Recorre então aos acadêmicos, o que consoma a imagem definitiva dos sábios, que desde o início do conto vem se formando.

Eles são arrogantes, simuladores e violentos. Na primeira parte da narrativa alternam-se sua pretensão de portarem a sabedoria do universo e os seus atos de crueldade. Nesse aspecto, esta passagem é exemplar:

nenhuma das rivais *arremessou um impropério* que não fosse escrupulosamente derivado do sânscrito, que era a língua acadêmica, *o latim de Sião*. Mas dali em diante perderam a vergonha. [grifos meus]

Conhecimento em par com a violência, algo aliás que parece repetir o “Conto alexandrino”, em que Pítias e Stroibos fazem de sua prática científica um exercício de crueldade. Após o massacre das três academias, os vencedores, enfeitados com adornos feitos de pedaços dos adversários, se autoproclamam: “[...] o arroz da ciência e a luminária do universo”.

Mas essa representação vai se modificar no final do livro. Graças a um relacionamento mais próximo entre o rei e eles, a imagem muda: “eram a claridade do mundo, e separadamente uma multidão de camelos” Juntos, como instituição, eram sábios, mas individualmente verdadeiros néscios, sem exceção. Essa mudança ocorre por causa do fracasso das tentativas do rei em saber, por intermédio deles — de forma indireta, claro —, se a morte da concubina poderia provocar a sua. Ele logo desiste ao descobrir que não passam, no fundo, de farsantes. Ao final, dão forma ao enigma que encerra o livro, em tom de galhofa:

A bela Kinnara (antigo Kalaphangko) tinha os olhos esbugalhados de assombro. Não podia entender como é que quatorze varões reunidos em academia eram a claridade do mundo, e separadamente uma multidão de camelos.

Kalaphangko, consultado por ela, não achou explicação. Se alguém descobrir alguma, pode obsequiar uma das mais graciosas damas do Oriente, mandando-lha em carta fechada, e, para maior segurança, sobrescrita ao nosso cônsul em Xangai, China.

Quanto à relação que mantêm com o rei, deram uma doutrina ao Estado, a da alma sexual; mediante isso foi possível a concubina trocar de alma com o rei e governar o reino. Por isso são presenteados, consumando a aliança entre o Estado e os intelectuais. Tornam-se oficiais, quase elevados a mandarins:

— Não elevou os seus membros ao mandarinato, pois *eram mais homens de pensamento que de ação e administração, dados à filosofia e à literatura*, mas decretou que todos se prosternassem diante deles, como é de uso aos mandarins. [grifos meus]

Na realidade, não passavam de homens de ação e dissimulação, cujo enigma final parece debochar disso. Por fim, por breve espaço de tempo exercem o papel de conselheiros do rei, sem deixar de exhibir sua índole de bajuladores, ocasião em que exercem um outro saber, a retórica:

- Nós, desprezíveis *palhas*, corremos ao chamado de Kalaphangko.
- Erguei-vos, disse benevolmente o rei.
- O lugar da poeira é o chão, teimaram eles com os cotovelos e joelhos em terra.
- Pois serei o vento que subleva a poeira, redargüiu Kalaphangko; e, com um gesto cheio de graça e tolerância, estendeu-lhes as mãos.

Retórica também abraçada pelo rei, a qual parece ser a característica do discurso da “elite” de Sião.¹⁵ Mas não obstante eles passarem de “palhas” a “pulhas” (“Mas, na verdade, nunca a lua nem o sol cobriram mais singulares *pulhas* do que esses

¹⁵ Retórica essa que também é adotada para fins de paródia pelo narrador (para aprofundamento desse aspecto ver, de Sonia Brayner, “Metamorfoses machadianas”. In: *Labirinto do espaço romanesco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 55-72).

treze...”), ao flagrar-se sua falta de caráter e engenho, não deixam de exercer sua função de sábios de Sião, que agora não passa de encenação pura, de “marketing” mesmo, espalhando por Bankocg o título obtido mediante cantorias e festejos:

E a música vinha chegando, agora mais distinta, até que, numa curva do rio, apareceu aos olhos de ambos um barco magnífico, adornado de plumas e flâmulas. Vinham dentro os quatorze membros da academia (contando U-Tong) e todos em coro mandavam aos ares o velho hino: “Glória a nós, que somos o arroz da ciência e a claridade do mundo!”

Nisso, iam consoantes aos novos tempos, agora com a volta da alma feminina de Kalaphangko ao corpo do rei, uma vez que este era sobretudo festeiro e lascivo. Assim como vaga-lumes, deslizam pela história de uma forma ou de outra rodeando o Estado, sempre a Seu serviço e ao deles próprios.

Assim, os acadêmicos são caracterizados como violentos, bajuladores, festivos, retóricos, néscios, pulhas, mas representados sobretudo pelas imagens ligadas à luz — claridade, luminárias —, como de iluministas esclarecidos, que simulam sua sabedoria, mero artifício que procura sempre elevá-los, destacar sua aparência. A par das luzes, vão os adornos, seja no plano da expressão, como na retórica, nos títulos e nos hinos, seja no plano material, como na indumentária, nas plumas e flâmulas. Sem dúvida alguma essas qualidades os mantêm no poder, em que pese terem sido flagrados por Kinnara como farsantes e néscios.

Um reino singular Há então um claro contraste entre um rei fraco e um rei forte, dotado de *virtù*. À roda deles, os acadêmicos, com os quais o Estado tem relações para lá de estreitas. Sendo assim, resta saber que função tal contraste tem na economia geral do conto, e como as relações com os sábios da terra o especificam.

Temos, de um lado, uma clara descrição da ação política como tal, da ruim e da boa nos termos do *Príncipe* de Maquiavel; e de outro, uma constituição de uma política singular, guiada por homens, instituições e valores bizarros. Nos termos em que falamos mais acima, com base no mecanismo de tradução machadiano, foi possível ver as equivalências entre o *Príncipe* e o conto de Machado, que acentuariam o aspecto da reiteração do *mesmo*, mas faltaria ver, caso existam, a deformação ou reducionismo da fonte, do *diferente*:

As “proporções” a que se refere a personagem desse conto, remetendo-nos a Maquiavel, têm o sentido duplo das traduções machadianas: tanto implicam o reducionismo implícito ou explícito do modelo quanto a manutenção do mesmo sentido básico do “original”, atualizado e “traduzido”.¹⁶

O primeiro sinal de que esse príncipe em terras orientais não se encaixa ao modelo do príncipe renascentista vê-se na conformação do rei de Sião. Ou seja, quando o rei passa a governar com a alma de Kinnara, vimos que ele se transformara num duplo: a Fortuna é de um homem (corpo); e a *virtù*, de outro (alma). Apesar de aparentemente resolver-se a questão já que a alma masculina adentrou o corpo de mesmo sexo, pondo fim à androginia implícita inicial, um outro duplo é criado. Tanto é assim que a morte de um deles pode provocar a do outro. A autonomia que o rei tivera até então sucumbe a sua formação, despropositada e como tal condenada a outra ordem que a decantada no *Príncipe*.

Além disso, a concubina, antes de propor ao rei a troca das almas, propõe-lhe uma panacéia: “— E se eu lhe der um *remédio a tudo*?” Sugere-se, portanto, que o Estado está doente e ela tem a solução não circunstancial ou parcial, mas absoluta. E de fato, há uma breve Idade do Ouro em Sião, seis meses, que logo retorna à sua ordem natural, ou seja, despropositada, sob o governo do rei efeminado. A essência do remédio ou o seu veículo é mágico, prescinde de fórmulas só conhecidas por um bonzo da terra, que permite que troquem as almas, concubina e rei, entre si. Essa solução, à diferença do emplastro Brás Cubas, parece ser capaz de fato de curar os males do reino. É, portanto, em todos os aspectos, “um remédio sublime”, a não ser por sua validade, que expira em seis meses. Para que se efetivassem seus efeitos seria necessário matar Kalaphangko. O veneno selaria a posologia necessária para enquadrar o reino nos moldes da política maquiaveliana. Mas enquadraria de fato? Não, pois o fundamento da política de Sião é mágico e, portanto, destituído de formas de mediação que a institua permanentemente. Basta uma outra magia para tudo se desfazer. Além disso, ela não se efetiva em razão do consórcio sobrenatural que une Kinnara a Kalaphangko. A política, como tal, cessa aí.

¹⁶ VILLAÇA, A. Op. cit., p. 12.

A magia ou o sobrenatural é princípio da natureza de Sião, uma espécie de *verità effettuale delle cose* maquiaveliana às avessas.¹⁷ Na Sião machadiana parece que o mundo que *deveria ser* é o Estado sendo governado conforme o *Príncipe*, segundo vimos nas expressões “restauração da paz pública”, “agora tudo se regularizou”, “Sião finalmente tem um rei”. Acontece que essa “nova ordem” se desfaz em um semestre: o rei efeminado, o antipríncipe, volta a governar. Então, a *verdade efetiva das coisas* aplicada ao reino de Sião, segundo o narrador machadiano, faz ver o reino *como ele é*, reino em cujas bases vige uma estranheza. Um estranho e surdo vínculo entre a metafísica e a política que paira por todo o conto, entre homens de ação e homens de pensamento. Os pensamentos, pois, são brilharecos; e as ações, inúteis ou extravagantes. Há mesmo um conúbio, uma política fundada num ser despropositado, ou seja, num duplo. Um disparate, quer dizer, a conjunção de elementos opostos e antagônicos num ser só, num indivíduo só. Indistinção como princípio, como nos moldes que José Antonio Pasta Jr. viu em sua leitura do *Grande sertão: veredas*:

a vigência simultânea de dois regimes da relação sujeito-objeto — um que supõe a distinção entre sujeito e objeto ou, se quiser, o mesmo e o outro, e um segundo que supõe a indistinção de ambos. É o caso de insistir que [...] não se trata aí de uma mistura entre outras, a acrescentar à extensa lista de hibridismos, mas do princípio mesmo de hibridização [...].¹⁸

A indistinção é a marca geral e, como axioma, se vê representada na confusão entre os suspiros do rei e os pensamentos dos acadêmicos (vaga-lumes cor de leite), que as estrelas, tomando estes por aqueles, fazem. Não bastasse isso, desfeita a confusão, testemunham o mito da formação da Via-Láctea: “Uma noite, foram em tal quantidade os vaga-lumes, que as estrelas, de medrosas, refugiaram-se nas alcovas, e eles tomaram conta de uma parte do espaço, onde se fixaram para sempre com o nome de Via-Láctea” (p. 163). Quer dizer, os pensamentos dos sábios, que não passam de ouropéis, são a base do cosmos de Sião, e, por conseguinte, de tudo mais, incluída a política.

¹⁷ “Porém, sendo meu intento escrever algo útil para quem me ler, parece-me mais conveniente procurar a *verdade efetiva das coisas* do que o que se imaginou sobre elas. Muitos imaginaram repúblicas e principados que jamais foram vistos e que nem se soube se existiram na verdade, porque há tamanha distância *entre como se vive e como se deveria viver* [...]” (p. 73).

¹⁸ “O romance de Rosa. Temas do *Grande Sertão* e do Brasil.” *Novos Estudos CEBRAP* (São Paulo), n. 55, p. 62, nov. de 1999.

De volta às fontes A perspectiva com que até agora vimos analisando o conto pressupõe, assim me parece, a presença da fonte maquiaveliana ainda que velada ou indiretamente. Mas seria tão velada assim? A menção à família dos Bórgias que encontramos no texto é uma pista bastante veemente de que Maquiavel e o seu *Príncipe* são uma das referências centrais da história: “a idéia da morte sombreava-lhe a fronte, enquanto ele afagava ao peito um frasquinho com veneno, *imitado* dos Bórgias” Essa é decerto uma alusão concreta, porque ligada à família, entre outros, de Cesare Borgia, modelo de príncipe para Maquiavel, como descrito no capítulo XVII; e também devido à imagem em que é figurada no conto, a de manter junto ao peito (“sede do coração e da alma”) o frasco *imitado* dos Bórgias. E não só é uma pista evidente do parentesco do rei de Sião com o príncipe maquiaveliano, mas também da *imitação* (ou tradução) que vige no conto. E mais: essa citação ocorre em momento capital da história, o remate que entronizaria de vez o rei “ másculo” de Sião. E o fato de não poder agir como um Bórgia, envenenar o rei e tomar o poder, é o que nos leva de Maquiavel a Machado, ou de Florença a Sião.

Além disso, a disputa ou a tomada do poder é o que move a narrativa — também móvel, nem precisaria dizer, do *Príncipe*. A feminidade de Kalaphangko só é um problema porque *ele é o rei*, qualidade que de algum modo impede que em Sião haja paz, que seja um reino “regular” e que, além de tudo, tenha um rei. Neste ponto uma outra fonte, aludida mais diretamente, Camões, reforça esse aspecto. Assim que o rei másculo assume o poder cita-se um sintagma do primeiro canto d’*Os Lusíadas*: “o peso grosso”. Justamente o trecho em que o poeta português elenca os reis fortes, formadores da nação portuguesa:

Nem me deixarão meus versos esquecidos
Aqueles que nos Reinos lá da Aurora
Se fizeram por armas tão subidos,
Vossa bandeira sempre vencedora:
Um Pacheco fortíssimo e os temidos
Almeidas [...]

.....
Tomai as rédeas vós do Reino vosso:
Dareis matéria a nunca ouvido canto.

Comecem a sentir o *peso grosso*
(Que polo mundo todo faça espanto)
De exércitos e feitos singulares,
De África as terras e do Oriente os mares.

Podemos dizer então que o conto discorre sobre a formação de Sião, com base em duas oposições: entre rei forte e rei fraco — esfera política; e natureza feminina e masculina — esfera metafísica ou da Natureza. Fusionadas essas duas oposições, temos um reino “outro”, em que os fins jamais se completam, jamais chegam à plenitude.¹⁹ Talvez porque sua constituição híbrida não seja destinada a isso ou a Natureza do lugar não permita.

Assim, a presença da fonte italiana — nada mais nada menos que o primeiro tratado de ciência política da era moderna — não só é pressuposto para o entendimento do conto, que de algum modo “filosofa” sobre a conquista do poder, como também é modelo que deve ser *traduzido* nos termos do sistema literário machadiano. A fonte é reposta não pelo chamado “tamanho fluminense”²⁰ — ao menos não diretamente —, mas pelo deslocamento que sofre ao serem aplicados seus axiomas num ambiente em que só podem malograr. As ações do príncipe maquiaveliano são eivadas da Natureza desse lugar. Em vez de medrarem, fenecem. Ou então, num registro menos ruinoso, podem vigir, mas de uma outra forma, deformadas.

Eugênio Vinci de Moraes é doutorando em Literatura Brasileira na Universidade de São Paulo.

¹⁹ Neste caso, o estudo de outro florentino é decisivo: Dante Alighieri, a quem Machado irá remeter-se para ressignificar o episódio da troca das almas. A imagem é extraída do Canto XXV do Inferno, dos ladrões transformados em serpentes, que Machado traduziu dez anos antes e que parece tê-lo impressionado bastante.

²⁰ Porém, parece haver muitas alusões às relações entre dom Pedro II e os intelectuais durante seu reinado, cujas atividades em grande parte podem estar figuradas nesse conto. Vale lembrar, a título de curiosidade, que um desses grupos palacianos que orbitavam à volta do imperador recebeu a alcunha, no auge das críticas ao seu governo na década de 1880, de “Comissão das Borboletas”, variação muito próxima dos vaga-lumes de Sião (ver, em especial, de Lilia M. Schwarcz, o capítulo “Um monarca nos trópicos”, in *As barbas do imperador*, São Paulo: Cia. das Letras, 2002, pp. 125-57).